

O silêncio do delator: um inventário de perdas

Aleilton Fonseca, UFFS

Criar é nosso júbilo.
Entre risos e rugas
Morrer é nossa vitória.

PEDRO PAULO DE SENA MADUREIRA

O silêncio do delator, romance de José Nêumanne Pinto (São Paulo: A Girafa, 2004, 541 pág.) ganhou um dos mais importantes laúreas do Brasil, o Prêmio Senador José Ermírio de Moraes 2005, da Academia Brasileira de Letras. O escritor, poeta e jornalista nascido no estado da Paraíba (1951) e radicado em São Paulo há vários anos, obteve o reconhecimento dos críticos e acadêmicos por haver escrito um livro que conjuga ficção e história, através de um estilo narrativo que informa, desafia e encanta o leitor, levando-o a refletir sobre o panorama político-social do País. O romance de Nêumanne retoma a linha ficcional do inventário político-ideológico da geração 60, no Brasil, que enfrentou a ditadura militar (1964-1985), respirou a arte pop e o cinema, embalou-se no rock-and-roll e na MPB, apoiou as barricadas estudantis parisienses e adotou os comportamentos da contracultura. Seus integrantes andam agora pela casa dos sessenta anos e vêm sofrendo suas baixas, trocando os antigos encontros nos bares pelos papos rememorativos em velórios de companheiros. Trata-se de uma turma que tem história em comum, sobretudo de resistência durante as décadas de 60-70, quando, em plena juventude, viveu o paradoxo de

ser, internacionalmente, a geração dos Beatles, de Woodstock, das barricadas da Sorbonne, e, no Brasil, a geração podada, vigiada e perseguida pela repressão dos governos militares. Coube ao grupo mais intelectualizado dessa geração, – jornalistas, escritores, artistas, professores, militantes políticos –, escrever, discutir e viver a memória daquela época ao mesmo tempo rica, confusa e conturbada.

De fato, durante a década de oitenta, a partir da abertura política, as livrarias foram inundadas por dezenas de livros de depoimentos, relatos, poesia e ficção, escritos por autores oriundos dos grupos que sofreram as agruras dos anos de chumbo da ditadura militar. Havia muitos fatos e ações a revelar e a exorcizar, e os leitores estavam ansiosos para saber o que de fato se passava no País governado pelos generais. Em sua grande maioria, os títulos então lançados eram narrativas de denúncia, heróicas, idealistas e/ou ressentidas, que, embora bem escritas, não atingiam aquele nível de permanência inerente à obra de arte. Quase todos caíram em relativo esquecimento. Mesmo o livro *O que é isso companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira, que foi transformado em filme, não se firmou como grande obra literária. Enfim, nenhum deles conse-

guiu se tornar o livro definitivo daquela geração que, em alguns casos, pegou em armas para lutar pelo país de seus sonhos e ideais. Talvez tenha faltado àqueles autores algo mais que a experiência vivida ou testemunhada: a capacidade de síntese e de generalização para escrever de modo menos heróico, menos auto-referencial e mais analítico, relativizando suas convicções, discutindo as limitações e a precariedade dos grupos, além de fazer autocrítica de suas veleidades libertárias e intelectuais. Nota-se, em geral, que a objetividade do depoimento, os compromissos ideológicos, a intenção política, a autocomiseração e a falta de distanciamento histórico limitaram a liberdade de criação, inibindo a intervenção da instância ficcional que poderia dar o tempero da prosa, levando-a a extrapolar os fatos e dar contornos mais profundos e persuasivos aos discursos dos protagonistas – ou antagonistas? –, dos anos 60-70 em nosso País.

Eis então que aparece, em 2004, *O silêncio do delator*, longa narrativa que conta a história de João Miguel, um morto que fala sem pausas durante todo o seu velório. Corpo exposto diante de parentes e amigos, João Miguel se faz ouvir apenas pelo narrador principal. Só o narrador tem acesso à consciência do defunto e inscreve sua fala no tecido ficcional. Na condição de morto, João Miguel promete esclarecer a sua história e revelar os segredos de seus companheiros de trajetória: “Tudo o que estiver ao meu alcance será revelado neste velório. (...) Tudo o que sei, o que intuí. Tudo o que desconfiei. Agora que sou pó, que voltei à cinza, mas não voltarei à luz, pois fui gente e não fênix, me disponho a abrir o jogo, a mostrar as cartas, a peruar o baralho alheio. Agora, sim, posso falar de nosso malogro.” (p. 11-12). Será este o romance que faltava?

José Nêumanne Pinto, jornalista, poeta e ficcionista, com outros oito livros editados, distancia-se, conscientemente, do modelo até aqui seguido pela maioria dos autores dessa temática. De saída, Nêumanne adota uma estratégia francamente ficcional, ao dar o poder de fala a um morto, em pleno velório, fazendo-o dialogar com o narrador principal, espécie de moderador dos diversos discursos que contracenam ao longo do enredo. Ora, essa aplicação contemporânea do célebre procedimento machadiano, em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), surte um excelente efeito como elemento operatório da narrativa, abrindo espaço para discursos desabusados, versões e contradições, reflexões político-sociológicas e, sobretudo, observações metanarrativas. São divertidas e pertinentes as intromissões do morto na escrita do romance, ao fazer reparos e comentários jocosos e analisar detalhes, criticando a técnica do narrador principal, bem como ironizando o próprio autor.

O principal êxito da rede discursiva polifônica, em que várias vozes contracenam, é potencializar os recursos da ironia. Aqui a ironia e a auto-ironia dão tempero ao relato, pois permitem a relativização das verdades, dos ideais, das crenças, dos comportamentos, das ações individuais e coletivas. Com isso, evita-se o moralismo que muitas vezes acompanha a análise do comportamento de personagens militantes em causas políticas. Neste romance, tudo se discute e se relativiza, num processo que humaniza a trajetória das personagens. Elas não compõem uma legião de heróis e sacrificados, pois mantêm um perfil humano, falíveis, cômicos de seus erros, equívocos e acertos, êxitos e perdas. Os pretensos heróis da resistência político-cultural dos anos 60-70 riem de si mesmo e de suas fraquezas e limitações, um riso angustiado, com uma iro-

nia tragicômica, mas que compõe um quadro realista, sem idealizações anacrônicas.

Em certo sentido, João Miguel simboliza, em seu velório, o alter-ego coletivo. Nele e com ele, estão mortos os ideais de sua geração. O narrador principal, cujo discurso é muitas vezes ironizado e contraditado pelo falecido, é a outra face deste alter-ego coletivo. Se o narrador-vivo ainda tenta contemporizar com algumas idéias e situações, como portador dos restos de esperança do grupo, o morto, despido de qualquer chance de ação, é portador das avaliações mais ferinas, um verdadeiro antídoto da má-consciência que, inadvertidamente, pode persistir nos discursos e atitudes dos demais, ainda comprometidos com as etiquetas e os interesses da vida. Entre os vivos, pode ainda haver os fiéis aos velhos ideais, como se fossem os únicos corretos e possíveis. Nas revelações e reflexões do narrador-morto, fica claro que se tratava de uma visão de mundo de um grupo, cuja adoção como verdade absoluta foi uma das causas dos equívocos e do malogro coletivo. Assim, o romance é um inventário de perdas: da inocência, da crença, do ideal, da certeza – e, por tudo isso, a única vitória possível é morrer. A morte é a contribuição individual, de cada qual a seu tempo, permitindo aos companheiros as reflexões e autocríticas necessárias para compreender as grandezas e misérias de toda uma geração.

Em *O silêncio do delator*, a alternância do foco narrativo é fundamental, pois cadencia a trama e equilibra o pêndulo entre a realidade e a ficção. O diálogo tenso, irônico e arrevesado dos narradores, o vivo e o morto, proporciona um debate duro e esclarecedor, tra-

ça o perfil ideológico e existencial das personagens, entremostra seus acertos e equívocos, perdas e ganhos, inconseqüências, veleidades e contradições. Avessos às políticas do mercado, inimigos da razão capitalista e autoritária, portadores da consciência crítica, sua contribuição havia mesmo de ser a produção de discursos: no jornalismo, nas artes, na literatura, no ensino universitário – seus *fronts* de combate ideológico. Na grande arena, os inimigos: a média burguesia urbana e letrada contra a alta burguesia industrial-financeira, visceralmente imiscuída no poder. Uma luta de titãs. As personagens de Nêumanne persegnam-se sobre o morto, – símbolo de suas derrotas. Um morto que, no entanto, não se cala. A morte expõe sua trajetória ao lado dos companheiros, – e o seu silêncio *delata* o grande teatro vivido coletivamente. Eis o inventário de uma geração *vitoriosa na derrota*, à qual cabe como epitáfio o poema de Pedro Paulo de Sena Madureira, que aparece ao final do livro.

O silêncio do delator é um grande romance. Pela forma, pela linguagem, pela tática narrativa, pelo dialogismo dinâmico, ele dramatiza os relatos e atinge a qualidade literária, pois adota, com acerto, os procedimentos ficcionais que dão relevo aos fatos da realidade, elevando-os a um nível de complexidade e de significação para além dos registros documentais e jornalísticos. Trata-se de uma narrativa amarga e pessimista, paradoxalmente escrita com ironia e humor desabusado, que radiografa a atmosfera dos anos 60-70, desnudando a alma de uma geração que viveu intensamente seus ideais e suas frustrações, deixando marcas na história social e na cultura brasileira do século XX.



FONSECA, Aleílton. O Silêncio do delator: um inventário de perdas. *Léngua & meia: Revista de literatura e diversidade cultural*. Feira de Santana: UEFS, v. 4, n° 3, 2005, p. 269-271.